

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
EMBAIXADA DO BRASIL NA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA  
EMBAIXADOR VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO**

**ÍNDICE**

**I. RESUMO E AVALIAÇÃO:** parágrafo 1

**II. POLÍTICA EXTERNA E RELAÇÕES BILATERAIS**

- Quadro geral e ações realizadas: parágrafo 25
- Desafios e sugestões: parágrafo 31

**III. POLÍTICA INTERNA**

- Quadro geral e ações realizadas: parágrafo 34
- Desafios e sugestões: parágrafo 37

**IV. DIREITOS HUMANOS**

- Quadro geral e ações realizadas: parágrafo 38
- Desafios e sugestões: parágrafo 42

**V. ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO**

- Quadro geral e ações realizadas: parágrafo 43
- Desafios e sugestões: parágrafo 47

**VI. INVESTIMENTOS**

- Quadro geral e ações realizadas: parágrafo 49
- Desafios e sugestões: parágrafo 54

**VII. COMÉRCIO**

- Quadro geral e ações realizadas: parágrafo 59
- Desafios e sugestões: parágrafo 70

**VIII. PROMOÇÃO COMERCIAL**

- Quadro geral e ações realizadas: parágrafo 71
- Desafios e sugestões: parágrafo 77

**IX. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / MEIO AMBIENTE**

- Quadro geral e ações realizadas: parágrafo 79
- Desafios e sugestões: parágrafo 85

**X. COOPERAÇÃO EDUCACIONAL**

- Quadro geral e ações realizadas: parágrafo 88
- Desafios e sugestões: parágrafo 92

**XI. COOPERAÇÃO CULTURAL**

- Quadro geral e ações realizadas: parágrafo 93

- Desafios e sugestões: parágrafo 95

XII. ADMINISTRAÇÃO: INSTALAÇÕES DA CHANCELARIA:  
parágrafo 98

XIII. ASSUNTOS CONSULARES: parágrafo 100

## I. RESUMO E AVALIAÇÃO

No período coberto por este relatório, a China exibiu taxas de crescimento que continuaram a aproximar-a da posição de maior economia do mundo, ainda que em ritmo menor. Simultaneamente, a quinta geração de líderes, sob a presidência de Xi Jinping, deu início a um processo de reforma profunda do modelo de crescimento do país, com o objetivo de corrigir as distorções que se acumularam nos sistemas produtivo e financeiro, e de mitigar as crescentes desigualdade social e degradação ambiental. A meta é realizar a transição de um padrão de desenvolvimento movido a investimentos, produção industrial e exportações a outro, articulado em torno da elevação da renda, do consumo interno, dos serviços e da inovação. A China espera alcançar, até 2020, o nível de uma sociedade "moderadamente próspera", na expressão usada pelo governo. Essa transição não é trivial. Entre as muitas mudanças, traz consigo uma queda acentuada das taxas de crescimento, com arriscados desdobramentos para o gigantesco mercado de trabalho. A economia global já sente os efeitos de uma China em desaceleração, um dos quais, de impacto direto para o Brasil, é a baixa generalizada dos preços das matérias-primas.

2. Na esfera político-diplomática, a China também acusou mudanças. Expandiu sua presença na região e nos demais continentes, inclusive na América Latina. No seu entorno imediato, essa presença mais visível, conjugada com um crescente poderio militar, suscitou reações entre os vizinhos, a sul e a leste, que questionam os limites marítimos declarados por Pequim. Ao lançar iniciativas tais como o chamado "Um Cinturão, uma Rota" e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, a China deixa claro seu desejo de ver a região da Ásia-Pacífico e a Eurásia reconfiguradas de forma distinta da que lhes deu a articulação de interesses ditada pelo Ocidente. Fica clara também sua determinação de abrir novas vias de acesso à África, ao Oriente Médio e à Europa, inclusive como alternativas à sua perigosa dependência do estreito de Malaca.

3. A nova projeção chinesa encontrou no Brasil -- seu maior parceiro econômico na América Latina -- uma interlocução receptiva e interessada. As relações bilaterais puderam, por conseguinte, beneficiar-se de um impulso político-diplomático sem precedentes, refletido no notável (e inusitado) número de encontros mantidos pelos chefes de Estado e de governo dos dois países. Sete ao total entre 2013 e 2015, aí incluídas visitas bilaterais e encontros previamente agendados à margem das cúpulas do BRICS e do G20. Celebrou-se, em 2014, o 40º. aniversário do estabelecimento de relações, circunstância que conferiu maior visibilidade ao processo de aproximação. Observada retrospectivamente, a frequência dessas reuniões de alto nível fortaleceu o substrato de confiança necessário à construção da "parceria estratégica global", com que ambos estão comprometidos. Acresceu a essa dinâmica a percepção, muito presente nos círculos governamentais chineses, de que o Brasil e a China, como membros do BRICS,

comungam também visões e interesses similares nos temas globais e em questões atinentes à reforma da governança mundial (esta última, mais no âmbito econômico do que no político).

4. O trabalho da Embaixada do Brasil em Pequim, em sua vertente informativa e analítica, esteve focado nos rumos que tomava a China e nos efeitos que a gradual implantação de seu novo modelo de crescimento trazia para os interesses brasileiros, fossem eles imediatos ou de mais longo prazo. Conhecidas como o são as restrições à circulação da informação na China, foi necessário buscá-la num círculo amplo e diversificado de fontes, transcendendo em muito o governo e a mídia local. Acadêmicos, "think tanks", missões diplomáticas estrangeiras, organizações internacionais, representantes da mídia estrangeira e ONGs foram interlocutores habituais da missão brasileira. Em sua vertente negociadora, a Embaixada procurou valorizar o clima de sintonia política prevalecente, a fim de encaminhar soluções para pendências bilaterais e promover os interesses brasileiros em distintas dimensões.

5. Detengo-me primeiramente no trabalho analítico porque ali se identificam, com clareza, os vetores dominantes da relação bilateral nestes últimos dois anos. No plano político-diplomático, a análise apontava para renovado interesse da China numa aproximação maior com a América Latina, deixando transparecer a vontade de Pequim de imprimir a marca de sua nova dimensão geopolítica naquela que seria, por assim dizer, a região mais remota (e, ao mesmo tempo, a mais próxima da grande superpotência). Por seu peso específico e sua condição de principal parceiro econômico, o Brasil deveria coordenar esse processo do lado latino-americano, como realmente o fez. A reunião presidida pela Sra. Presidenta da República, em Brasília, em julho de 2014, para a qual foram convidados os principais líderes latino-americanos, permitiu à China, pela primeira vez, uma interação de alto nível com o conjunto da região, inaugurando o diálogo China-CELAC.

6. A análise do momento econômico, por outro lado, ressaltava que as reformas, ao gerarem desaceleração, produziriam efeito fortemente negativo nas exportações brasileiras, porém, ao mesmo tempo, conduziriam a China a buscar mercados capazes de absorver seus excedentes de capital e de tecnologia, dada a gradual saturação de seu mercado doméstico. Este último movimento poderia beneficiar o Brasil.

7. A sincronia entre a intensa aproximação político-diplomática sino-brasileira e a crescente necessidade chinesa de exportar capitais produziu a inflexão que ora se observa no padrão de relacionamento econômico bilateral. O período 2013-2015 marca o divisor de águas entre uma fase de preponderância comercial e outra, em que os investimentos vão-se revelando o vetor mais dinâmico. Não se trata de comparar valores nem de subestimar a importância do comércio, mas, sim, de identificar onde se situa, no momento, o impulso de maior força. O paralelismo entre o diálogo político fluido e freqüente, por um lado, e, por outro, os sinais de que a China agora se prepara para uma relação econômica com o Brasil que transcende o comercial não deve ser visto como acidental. Sem a revigorada base de confiança política que se construiu, não seria viável o anúncio dos planos, projetos e financiamentos que marcaram a recém-encerrada visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang, dentre os quais atraiu especial atenção da mídia a ferrovia bioceânica. A intenção, de ambos os lados, de mudança na escala e na natureza da relação bilateral constituiu, a meu ver, o traço mais marcante deste período. Neste

processo, a missão diplomática brasileira cumpriu o papel que lhe cabia, qual seja o de fazer chegar ao Brasil as informações e a análise que apontavam nessa direção.

8. No plano das ações concretas, em sua interação cotidiana com o governo chinês, a Embaixada pôde registrar resultados expressivos, vários deles alcançados, como é óbvio, em articulação com a Secretaria de Estado e com outros Ministérios e órgãos brasileiros, conforme a área de competência.

9. Na esfera comercial, a missão concentrou esforços na superação de barreiras, com benefícios, sobretudo, para o agronegócio e para a indústria aeroespacial. No primeiro, lograram-se a aprovação de OGMs de soja e milho, a habilitação de estabelecimentos para a exportação de carne de aves, suína, bovina e de ração animal, a autorização para a exportação de tabaco dos estados de Paraná e Santa Catarina e o levantamento do embargo à carne bovina brasileira, vigente desde 2012. No segundo, ao cabo de gestões que se estenderam por quase dois anos, foi obtida a autorização para a venda de 60 aeronaves da Embraer a empresas chinesas, anunciada por ocasião da visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil. As dificuldades encontradas pelo Brasil, tanto na área sanitária e fitossanitária quanto na aeroespacial, constituem, a meu juízo, barreiras ao comércio difíceis de justificar. Assim sendo, impõem-se continuada atenção e esforços do governo brasileiro.

10. A atividade de promoção comercial desenvolveu-se na participação em feiras e exposições (com foco na diversificação da pauta exportadora), em palestras dedicadas a apresentar oportunidades de investimento, na organização de eventos promocionais e no atendimento a consultas de empresários chineses e brasileiros. Missões ministeriais e empresariais brasileiras tiveram constante acompanhamento da Embaixada, desde sua etapa preparatória, no agendamento dos encontros com autoridades e empresas chinesas dos mais diversos setores, nos níveis de interlocução apropriados.

11. O período coincidiu, como indicado acima, com a gradual perda de valor das exportações brasileiras, provocada pela queda dos preços das "commodities", por sua vez decorrente, em boa parte, da desaceleração da economia chinesa. O superávit brasileiro passou de US\$ 6,9 bilhões, em 2012, a US\$ 8,7 bilhões em 2013, US\$ 3,2 bilhões em 2014 e, no primeiro quadrimestre de 2015, acusou déficit de US\$ 2,5 bilhões (no primeiro quadrimestre de 2014, registramos superávit de US\$ 1,4 bilhão). Com forte concentração da pauta exportadora, o problema é incontornável a curto prazo. Minério de ferro, soja, petróleo, açúcar, celulose e carnes continuaram a responder por mais de 80% das vendas. A médio prazo, maior diversificação exigirá reforçada competitividade dos manufaturados brasileiros e mais constantes presença e representação na China dos exportadores e da indústria. Num cenário ainda dominado por produtos primários, as carnes, a celulose e, em menor escala, o açúcar e o milho são itens promissores, mas não é ilimitado seu espaço de crescimento, sobretudo no segmento do "agro", em que a China, por alegadas razões de segurança nacional, mantém política de auto-suficiência de diferentes graus. Em produtos tais como arroz, trigo e carne suína, o governo chinês não abre mão de uma auto-suficiência na faixa de 95% da demanda.

12. Na contracorrente da retração do comércio, o período 2013-2015 assistiu a uma intensificação do fluxo de investimentos chineses no Brasil em diversos segmentos, destacando-se, por sua maior envergadura, os de energia (concessão da primeira linha de transmissão de Belo Monte e compra de participação nas hidrelétricas de São Manoel

e Cachoeira Caldeirão), óleo e gás (participação no consórcio de Libra), máquinas e equipamentos (Sany), além da chegada de dois outros bancos ("Construction Bank" e "Bank of Communication"). Com alguma aproximação, é possível estimar que o estoque de capitais chineses no País tenha alcançado cifra ao redor de US\$ 30 bilhões, com alguma diferença para mais ou para menos, a depender da fonte. A expectativa é de que os investimentos se avolumem a partir de agora, sobretudo em infraestrutura.

13. Na preparação do leilão de Libra, por exemplo, a Embaixada foi o canal facilitador dos contatos entre as petroleiras chinesas e as autoridades brasileiras, inclusive na interlocução com a direção da ANP. Assim também tem sido em relação às grandes construtoras chinesas do setor ferroviário, interessadas em participar dos leilões de exploração no Brasil.

14. No segmento da cooperação científica e tecnológica, o mais emblemático dos programas - os satélites de observação terrestre construídos conjuntamente - venceu nova etapa, com o lançamento do CBERS-4, em dezembro de 2014, após uma fracassada tentativa em 2013, quando o veículo lançador chinês não completou sua trajetória. A Embaixada prestou apoio às missões do MCTI, da AEB e do INPE que vieram à China e o Chefe do Posto esteve presente nas reuniões de alto nível mantidas entre Ministros e agências dos dois países, bem como nos dois lançamentos efetuados. Está prevista para 2018 a colocação em órbita do CBERS 4-A, mas, desde já, coloca-se a discussão sobre a continuidade dessa cooperação, uma vez concluído este último projeto. Decorridos quase 30 anos do início do programa, a assimetria no nível de tecnologia espacial entre os dois países tornou-se flagrante e especialistas chineses por vezes expressam dúvidas sobre o benefício que dele pode a China auferir na sua forma atual. Uma evolução possível estaria na construção de satélites do tipo SAR, tema cuja discussão ainda está em estágio incipiente.

15. A missão diplomática teve sua atividade voltada também para o trabalho com agências e universidades chinesas que mantêm projetos de pesquisa com congêneres brasileiras. Operou na intermediação do diálogo e ajudou a superar dificuldades. Não tenho elementos que me permitam avaliar as perspectivas de projetos tais como o Centro Brasil-China de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia, o de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia e o de Biotecnologia. Pareceu-me claro, no entanto, que maior aporte de recursos induziria maior envolvimento humano e financeiro do lado chinês. De todo modo, o futuro dessa cooperação, nessas ou em outras áreas, merece exercício de avaliação objetiva no âmbito do chamado Diálogo de Alto Nível em Ciência e Tecnologia e Inovação ou da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da COSBAN, à luz das prioridades do Brasil e da China. Será provavelmente necessário optar entre o número e a qualidade.

16. Uma cooperação entre parques tecnológicos que fomente o interesse de empresas chinesas e brasileiras, iniciativa que ambos os governos se dispõem a explorar, é um caminho que pode mostrar-se promissor.

17. No âmbito cultural, se por um lado a execução dos projetos padeceu de sérias restrições orçamentárias, agravadas, em casos como os da música e da dança, pelos custos de transporte, por outro, a onda de interesse despertada em torno do Brasil pela realização da Copa do Mundo (todos os jogos foram transmitidos ao vivo e múltiplas reportagens foram exibidas sobre o País) criou oportunidades que a Embaixada

procurou explorar. Em 2013, o projeto "Mês do Brasil na China", realizado num clima de crescente interesse do público, trouxe a Pequim, com algum patrocínio de empresas, espetáculos de música e cinema e eventos literários em torno de autores já traduzidos para o mandarim (ou cujas obras estavam sendo negociadas). Em 2014, renovaram-se algumas dessas atividades, desta feita distribuídas ao longo do primeiro semestre, de modo a explorar o efeito Copa.

18. No conjunto, o cinema teve mais constância. Festivais de cinema brasileiro foram realizados em Pequim todos os anos, sempre com bom público (nas estreias mais do que nos demais dias, como é de praxe). O maior êxito logrado, porém, foi a inclusão inédita do Brasil no Festival Internacional de Cinema de Pequim, em 2015, permitindo a exibição de películas brasileiras em salas comerciais, com ampla divulgação. A vinda do consagrado cineasta Fernando Meirelles para o evento, facilitada pela Embaixada, deu especial realce à participação brasileira.

19. Tendo em vista as peculiaridades da legislação chinesa para mostras cinematográficas (censura prévia) e a dificuldade de acesso a salas comerciais, talvez se deva avaliar, no futuro, os possíveis benefícios de ter o público jovem como alvo e, para tanto, realizar as mostras em cooperação com alguma das grandes universidades de Pequim. Mesmo com número menor de películas, esse formato pode ter alcance mais amplo, e sua divulgação, maior potencial de penetração.

20. No conjunto, é forçoso antever continuado problema de escassez de recursos para a divulgação cultural do Brasil na China. É óbvio também que a missão diplomática não pode solicitar patrocínios repetidamente, sob pena de causar desgaste em sua relação com as empresas. Uma escolha seletiva do público-alvo talvez deva preceder a escolha do evento cultural apropriado, evitando-se ao máximo a dispersão dos escassos recursos.

21. Na área educacional, o programa Ciência sem Fronteiras foi inaugurado na China em 2013, com um primeiro contingente de 158 estudantes, distribuídos entre diferentes regiões do país. O impacto inicial das barreiras culturais (língua, padrões de comportamento, usos e costumes do meio acadêmico local) gerou forte reação de inadaptação, obrigando a Embaixada a destacar, por alguns meses, funcionários para assistência telefônica ou presencial aos estudantes. Com base nas primeiras experiências, uma cartilha foi elaborada pela Embaixada, com orientação e recomendações mais relevantes. Ao cabo de alguns meses, alguns poucos optaram por regressar ao Brasil, mas a grande maioria superou as dificuldades iniciais e seguiu seus estudos. O segundo grupo, em 2014, apresentou incidência bem menor de problemas. O dado novo é que o terceiro grupo que chegará à China será integrado por um número que corresponde a um quinto do primeiro (apenas 29 estudantes), sinalizando perda de interesse pelas universidades chinesas. Preocupado, o Conselho de Bolsas da China decidiu enviar missão ao Brasil para consultas com a CAPES. Não tenho dúvida de que, para os que vençam a barreira cultural, os ganhos podem ser inestimáveis, não só em conteúdo acadêmico, mas também em métodos de estudo e pesquisa. Não se deve, porém, perder de vista que em nenhum outro país onde se realiza o CSF o esforço de adaptação é comparável ao exigido na China. Note-se que, na Coréia, por exemplo, as aulas são ministradas em inglês.

22. Não posso deixar de destacar o trabalho realizado pela Embaixada para o revigoramento do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Pequim, criado em 2004, sem vínculo com o leitorado ali mantido. Na busca de patrocinadores, obtive junto ao fabricante de equipamentos de telecomunicações Huawei, que tem investimentos no Brasil, uma doação ao Centro de 160 mil dólares, formalizada em novembro de 2013. Bem geridos, os recursos poderão custear atividades variadas, inclusive a vinda de professores brasileiros por períodos de curta duração. A médio prazo, porém, a sobrevivência do Centro requererá novo patrocínio. Problema mais imediato é o da gestão, conduzida de forma amadorística e na qual a Embaixada não pode interferir. À falta de uma solução, os recursos se dispersarão em gastos menores, sem projetos nem diretrizes.

23. Nos capítulos a seguir, este Relatório entra, em maior grau de detalhamento, nos tópicos examinados acima e aborda outros temas que mereceram a atenção da Embaixada do Brasil em Pequim e cujo tratamento nesta parte introdutória acabaria por torná-la demasiado extensa.

24. Ao concluir, expresso minha avaliação de que o período 2013-2015 foi rico em resultados concretos, no quadro dos grandes objetivos perseguidos pelo Brasil em sua relação com a China. Foi também, a meu ver, um período em que a relação político-diplomática ganhou particular densidade e abriu caminho para uma mudança no padrão do relacionamento econômico. Na nova configuração, o comércio perde velocidade, ao passo que os investimentos anunciam-se como o vetor mais dinâmico. Investimentos não se fazem sem confiança e esta, lentamente construída, consolidou-se no recente estreitamento dos laços político-diplomáticos.

## II. POLÍTICA EXTERNA E RELAÇÕES BILATERAIS

### - Quadro geral e ações realizadas

25. Paralelamente ao seu crescente peso econômico, a China vem ampliando sua presença política no mundo, o que se reflete não só na expansão de sua cooperação internacional, mas também na participação cada vez mais ativa nos grandes temas globais, na reforma da governança mundial e na multiplicação de canais de consultas políticas com outros países. Com o Brasil, após o estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China, em 1993, a agenda bilateral expandiu-se e aprofundou-se, justificando a elevação do relacionamento ao patamar de Parceria Estratégica Global (2012). Em 2014, celebrou-se o 40º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a RPC, o que colocou em relevo o notável crescimento dessas relações (particularmente na esfera comercial) e levou os dois governos a lançarem as bases para uma nova fase de cooperação em várias áreas.

26. A Embaixada do Brasil procurou ampliar canais de comunicação com autoridades, acadêmicos, pensadores chineses e estudiosos estrangeiros. O contato estreito com os principais "think tanks" e universidades chinesas também foi extremamente útil, por dar acesso a informações e análises relevantes. Semanalmente, também foram realizadas reuniões com diplomatas estrangeiros sediados em Pequim, de modo a melhor entender as relações internacionais da China.

27. A missão diplomática brasileira auxiliou na preparação de numerosos encontros entre as autoridades dos dois países, mediante a preparação de papéis de posição e de documentos informativos. Destaco os seguintes encontros:

2013

- Os Presidentes Dilma Rousseff e Xi Jinping reuniram-se em Durban, à margem da Cúpula dos BRICS, em abril;
- Os Presidentes Dilma Rousseff e Xi Jinping encontraram-se novamente em São Petersburgo, em setembro;
- O Ministro das Relações Exteriores encontrou-se com o Chanceler Wang Yi, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em setembro;
- O Vice-Presidente Michel Temer realizou visita à China, para co-presidir, ao lado do Vice-Primeiro Ministro Wang Yang, a III Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), principal mecanismo de coordenação e supervisão dos diversos aspectos do relacionamento bilateral, em novembro;

2014

- O Ministro Wang Yi visitou Brasília, para presidir, com seu homólogo brasileiro, a I Sessão do Diálogo Estratégico Global Brasil-China, em abril;
- Além de receber o líder chinês na VI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRICS, realizada em Fortaleza, e promover reunião de trabalho entre os Líderes do BRICS e os Chefes de Estado e de Governo da América do Sul, a Presidenta Dilma Rousseff também acolheu o Presidente Xi Jinping em visita de Estado a Brasília. Naquela ocasião, a autoridade chinesa também visitou os Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário brasileiros, em julho;
- Ao final de 2014, a Presidenta Dilma voltou a reunir-se com Xi Jinping, à margem do encontro do G-20, em Brisbane, na Austrália, em novembro.

2015

- O Vice-Presidente da China, Li Yuanchao, visitou o Brasil, para atender às cerimônias de posse da Senhora Presidenta da República, em janeiro;
- O Ministro das Relações Exteriores visitou Pequim, para participar da Primeira Reunião do Foro CELAC-China, ocasião em que se entrevistou com seu homólogo, em janeiro;
- O Primeiro-Ministro Li Keqiang visitou Brasília, ocasião em que reuniu-se com a Senhora Presidenta da República, quando firmaram o Plano de Ação Conjunta 2015-2021 (PAC), relevante mecanismo orientador das relações bilaterais no longo prazo, e presenciaram a assinatura de acordos de cooperação e investimentos que podem chegar à casa de US\$ 50 bilhões (em maio último);

28. Durante os anos de minha gestão, a Embaixada participou também da preparação de reuniões ministeriais. Além dos mencionados encontros, diálogos temáticos bilaterais entre as chancelarias permitiram avançar a agenda bilateral em diversas áreas. Além das consultas já existentes, nos dois últimos anos, realizaram-se, pela primeira vez:

-Reunião do Diálogo Brasil-China sobre Estados Unidos (Brasília, 27/01/2014); e

-Reunião do Diálogo Brasil-China sobre Direitos Humanos (Brasília, 19/01/15);

29. Em todas essas ocasiões, a Embaixada empenhou-se em identificar áreas de interesse comum na agenda multilateral que possam ser objeto de cooperação futura, além de aprofundar a compreensão mútua sobre a atuação dos dois países.

30. Em complemento às iniciativas bilaterais, o Brasil e a China incrementaram sua cooperação em foros multilaterais. Além de tratativas no âmbito das Nações Unidas, houve a coordenação de posições no âmbito do G20, do BASIC (mudança do clima) e o acompanhamento das tratativas referentes ao Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB, ao qual o Brasil aderiu), Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS. A interlocução com a Chancelaria local também buscou lograr apoio da China para candidaturas brasileiras em organismos internacionais, como no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) ou na Organização Mundial do Comércio (OMC). Da mesma forma, esta missão buscou intermediar o pleito chinês para que houvesse apoio brasileiro no âmbito da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), do Novo Banco de Desenvolvimento e do AIIB.

#### - Desafios e sugestões

31. Apesar de o entendimento político-diplomático entre o Brasil e a China ser fluido e permita a coordenação de posições em diversos foros, a questão da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a aspiração brasileira a um assento permanente são temas que não avançam no diálogo bilateral.

32. As relações políticas e econômicas entre Brasil e China se beneficiaram da ampla gama e da frequência de encontros de alto nível, realizados entre os dois países. Ainda no ano de 2015, o lado brasileiro promoverá a IV COSBAN, dando continuidade aos entendimentos alcançados nas visitas de alto nível. Estão programadas também visita a Pequim do Senhor Presidente do Congresso Nacional, nas últimas semanas de setembro, e nova edição do Diálogo Estratégico Global, entre Chanceleres, ainda no ano de 2015. A manutenção do alto grau de interação entre as partes deverá ser instigada por novas iniciativas no âmbito daquelas descritas no novo Plano de Ação Conjunta, bem como pela abertura de canais de comunicação sobre a realidade mundial, por meio de novos diálogos bilaterais, acerca de temas, regiões ou países de interesse comum.

33. O estudo do mandarim, idioma que hoje apenas alguns poucos jovens diplomatas dominam, deve continuar a ser estimulado; uma compreensão mais aprofundada da China dependerá cada vez mais de acesso direto a fontes em língua chinesa.

### III. POLÍTICA INTERNA

#### - Quadro geral e ações realizadas

34. Coube à Embaixada acompanhar período de grande transformação interna na China. A assunção de Xi Jinping coincidiu com dois fenômenos políticos complementares: (i) o aprofundamento abrangente das reformas internas; e (ii) a

concentração do poder político nas mãos do Secretário-Geral do PCC e Presidente da República, em curto espaço de tempo.

35. No dizer de Xi, "a época das reformas simples acabaram". De fato, para manter o crescimento econômico robusto (ao redor de 7%) e garantir a estabilidade social constatou-se que as estruturas do regime precisavam de revisão. Alguns exemplos: (i) a percepção de que a corrupção alastrou-se pelo país; (ii) necessidade de absorver a mão-de-obra que entra no mercado de trabalho a cada ano (inclusive migração de cerca de 10 milhões de pessoas/ano para as cidades); (iii) dificuldades na área ambiental, tanto em poluição do ar (as cidades chinesas estão entre as mais poluídas do mundo) quanto em fornecimento de água (há risco real de exaustão de recursos hídricos no país); (iv) falta de garantia de indenização em casos de despejo da casa que ocupa ou da terra que cultiva; e (v) sistema previdenciário heterogêneo e frequentemente precário (hoje, o índice de poupança da população chinesa está entre os mais elevados do mundo, em grande parte por receio de desamparo na velhice).

36. Xi Jinping tem demonstrado determinação em avançar na agenda de reformas. Promoveu vigorosa campanha anti-corrupção (que atingiu até ex-integrantes do Comitê Permanente do Politburo do PCC e o alto escalão do Exército Popular de Libertação), lançou abrangente plano de urbanização, promoveu inédita revisão do Estado de Direito na China e buscou reduzir o espaço do Estado na economia chinesa, garantindo ao mercado papel mais proeminente da alocação de recursos.

#### - Desafios e sugestões

37. A Embaixada transmitiu sistematicamente informações atualizadas sobre a evolução do cenário político interno chinês. Duas das principais dificuldades são a busca da informação precisa e a avaliação da evolução política interna à luz dos interesses brasileiros. Se, à primeira vista, a situação política local parece assunto remoto para o País, o êxito ou não do PCC em superar as nada triviais dificuldades da China terá impacto importante sobre o Brasil e o mundo. O exercício de acompanhar a política interna chinesa e, com base nele, traçar cenários úteis ao Brasil é importante no médio e no longo prazo. A título de sugestões:

- penso que o conhecimento acumulado pelo Itamaraty sobre o cenário interno chinês pode ser de grande utilidade na formulação de processos decisórios de natureza estratégica.
- dada a previsibilidade que caracteriza a política chinesa, já são conhecidos os principais nomes cotados para ingressar na Comissão Permanente em 2017 e até mesmo suceder Xi Jinping em 2022. Seria útil que o Brasil, desde já, estabelecesse canais de contato com essas autoridades e estimulasse visitas ao Brasil.

## IV. DIREITOS HUMANOS

#### - Quadro geral e ações realizadas

38. O trabalho da Embaixada desdobrou-se em três vias: a busca de informações e a produção de relatórios sobre a situação no terreno; a avaliação das convergências e das divergências entre Brasília e Pequim em foros multilaterais (notadamente, o Conselho

de Direitos Humanos e a III Comissão da Assembléia Geral da ONU); e o aprofundamento do diálogo bilateral.

39. O trabalho de observação da situação interna de direitos humanos tem importância para o Brasil. A China passou por intensas transformações desde o início do período de reforma e abertura, que se traduziram em avanços, sobretudo em matéria de direitos econômicos e sociais. Subsistem desafios em direitos civis e políticos, a respeito dos quais, ocasionalmente, o Brasil é chamado a se pronunciar (como ocorreu durante a aprovação do relatório do Exame Periódico Universal da China, no CDH, em 2014).

40. Quanto aos foros multilaterais, as convergências entre o Brasil e a China concentram-se em dois grandes grupos de temas: aqueles de interesse central dos países em desenvolvimento e o conflito árabe-israelense. As resoluções sobre países específicos em análise na ONU não costumam unir Brasil e China, que durante minha gestão divergiram em todas as votações no CDH e na III Comissão a respeito de situações específicas (excluído o dossiê árabe-israelense).

41. Por fim, registro que, pela primeira vez, foi possível realizar o diálogo bilateral sobre direitos humanos, previsto desde 2011, mas dormente desde então. Concentrado em temas de política externa, foi passo importante de construção de confiança mútua ao identificar temas da agenda internacional em que há convergências.

#### - Desafios e sugestões

42. Direitos humanos constituem tema sensível. Será importante consolidar a confiança mútua entre Brasil e China na matéria, processo iniciado no primeiro diálogo bilateral, pois ela será essencial para o êxito de diálogo bilateral que poderá incluir, no futuro, soluções para desafios enfrentados internamente por ambas as partes.

## V. ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

#### - Quadro geral e ações realizadas

43. O processo de reforma desencadeado em 2014 pelo Presidente Xi Jinping, visando mudar o modelo de crescimento econômico, dominou a agenda durante todo o período.

44. A Embaixada monitorou de perto a evolução da economia chinesa, tema de interesse vital para o Brasil. Como se sabe, os últimos anos foram marcados pela acentuada desaceleração do crescimento econômico chinês, com forte impacto nas exportações brasileiras, após três décadas em que o PIB cresceu a taxas de 10% ao ano. O "novo normal", conforme definido pelo Presidente Xi Jinping, vem-se caracterizando por crescimento na faixa de 6 a 7%, mas de melhor qualidade, em que os desequilíbrios gerados na fase anterior estão sendo atacados por meio de reformas estruturais. O governo chinês tem procurado o difícil equilíbrio entre o avanço das reformas e a manutenção de um crescimento que garanta a geração de empregos necessária à estabilidade social. Nos primeiros meses de 2015, confrontado com avaliações que apontavam para uma desaceleração acentuada, o governo manteve o discurso em prol

das reformas em curso, mas adotou medidas, tanto na área fiscal quanto monetária, com o objetivo de manter o crescimento no ritmo tido como adequado.

45. As informações recolhidas pela Embaixada levaram à conclusão de que o governo chinês procuraria impedir perda ainda maior de velocidade, circunstância que traria consequências mais graves para as vendas brasileiras.

46. Entre as ações realizadas na área financeira, destacam-se:

- acompanhamento e preparação de informações sobre o crescente número de iniciativas na área financeira, principalmente: o Arranjo Contingente de Reservas e o Novo Banco de Desenvolvimento, ambos acordados na Cúpula do BRICS de Fortaleza, em julho de 2014; e a decisão do Brasil, em março de 2015, de aderir como membro fundador ao Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (BAII), capitaneado pela China. Brasil e China têm visões similares sobre a necessidade de reforma da arquitetura financeira global, que ainda não reconheceu o crescente peso dos países em desenvolvimento. Ambos propugnam a implementação da revisão das quotas do FMI aprovada em 2010 e a retomada da 15<sup>a</sup> revisão, medidas essenciais para a legitimidade e o funcionamento adequado daquela instituição. A Embaixada manteve diálogo com o Banco Central e o Ministério das Finanças da China, colaborando na coordenação das posições em prol das novas iniciativas.

- A participação nas reuniões da Subcomissão Econômico-Financeira da COSBAN, entre as autoridades financeiras dos dois países.

- Apoio, junto às autoridades locais, no processo de abertura da agência do Banco do Brasil em Xangai.

- Acompanhamento do interesse crescente das instituições bancárias chinesas no mercado brasileiro, que atuam, neste estágio inicial, principalmente junto às empresas chinesas com operações no país. O Banco de Desenvolvimento da China (CDB) inaugurou escritório de representação no Rio de Janeiro, em 2013. O Banco da China, desde 2009, e o Banco da Indústria e do Comércio da China (ICBC), desde 2013, também possuem agências no Brasil. O "Construction Bank" comprou, em outubro de 2013, o BicBanco, em processo que está sob a análise do Banco Central do Brasil. Em maio de 2015, foi também anunciada a compra do controle acionário do BBM pelo "Communications Bank". O Banco de Agricultura da China (ABC) também estuda entrar no mercado brasileiro.

- Desafios e sugestões

47. É recomendável que se mantenha estreito acompanhamento da evolução da economia chinesa. A Embaixada tem apontado para os efeitos sobre as exportações brasileiras e, simultaneamente, para o potencial de investimentos no Brasil que a desaceleração estaria gerando. Não estão completamente dissipados os riscos do chamado "pouso forçado", em que a desaceleração acentue-se e resulte em pressão sobre o endividamento do país, que alguns analistas consideram estar acima de 200% do PIB.

48. O governo chinês está empenhado na internacionalização da moeda chinesa, o que tem levado a China a promover o papel do Renminbi nas transações comerciais, nos investimentos e nas reservas internacionais. Um passo nesse sentido poderá ser dado até o final de 2015, quando o FMI decidirá sobre a inclusão do Renminbi na cesta de moedas que compõem os Direitos Especiais de Saque. Acordos de troca direta de moedas, que permitem o comércio em moedas locais, foram já negociados pela China com vários países, inclusive Reino Unido, Japão, Coréia do Sul, Austrália, Nova Zelândia e Rússia. A Embaixada deverá continuar acompanhando e transmitindo informações sobre o assunto, de modo a alertar para eventual interesse brasileiro.

## VI. INVESTIMENTOS

### - Quadro geral e ações realizadas

49. As informações e análises transmitidas pela Embaixada indicam a área de investimentos como o polo potencialmente mais dinâmico da relação econômica Brasil-China. Estima-se que, até julho de 2014, o estoque de investimentos chineses no Brasil já somava cifra próxima de US\$ 30 bilhões, dos quais 65% concentram-se no setor de energia (hidrelétricas, óleo e gás).

50. As grandes estatais chinesas do setor de petróleo (CNCP, CNOOC, Sinopec e Sinochem), da área de transmissão (State Grid) e de geração hidrelétrica (Três Gargantas) ampliaram sua presença no Brasil. Os investimentos chineses consolidaram-se e expandiram-se para novas áreas como agricultura (Grupo BBCA), setor automotivo (Chery, JAC, Shaanxi, Foton, Sinotruk), comunicações (Huawei, China Telecom, ZTE, Baidu), eletrônicos (Lenovo, BYD), máquinas e equipamentos (Sany), entre outros. Os bancos chineses também ampliaram sua presença no Brasil, como já assinalado acima. Atualmente, três dos quatro maiores bancos chineses já atuam no Brasil (ausente o Banco da Agricultura).

51. A missão diplomática brasileira prestou apoio a várias delegações de nível ministerial que visitaram a China com o objetivo de divulgar as oportunidades de investimentos em ferrovias, rodovias, portos e aeroportos no âmbito do "Programa de Investimento em Logística - PIL". A parte chinesa demonstrou especial interesse nos projetos dos trechos ferroviários "Lucas do Rio Verde-Campinorte" e "Cuiabá-Santarém".

52. A Embaixada participou das videoconferências realizadas entre Brasil, China e Peru sobre a Ferrovia Transcontinental, ligando o Brasil ao Pacífico e facilitando as exportações de produtos agrícolas e de minérios para a China. As discussões têm avançado no âmbito de um Grupo de Trabalho Tripartite. Durante a visita do Premier Li Keqiang ao Brasil, em maio de 2015, os três países firmaram acordo para conduzir conjuntamente os estudos básicos de viabilidades da ferrovia.

53. Também durante a visita, foi assinado memorando de entendimento entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento sobre investimentos e cooperação em capacidade produtiva, com foco nas áreas de infraestrutura e logística; energia; mineração; indústria de transformação; e agronegócio, entre outras. As atividades a serem desenvolvidas no âmbito desse entendimento deverão contar com recursos de fundo de investimento administrado por

um mecanismo Caixa-ICBC, por sua vez alimentado pelo "Green Finance Program for Latin American and Caribbean Regions" que totaliza US\$ 30 bilhões.

#### - Desafios e sugestões

54. As principais dificuldades à expansão dos investimentos chineses em infraestrutura no Brasil dizem respeito à diferença procedimentos em obras públicas. Na China, os estudos de viabilidade são normalmente atribuídos a uma única empresa (em geral, uma grande empresa estatal). As empresas chinesas terão de adaptar-se aos processos licitatórios brasileiros.

55. Na comparação com o crescente volume de investimentos chineses no Brasil, os investimentos brasileiros na China são modestos. O último levantamento detalhado da presença de empresas brasileiras na China foi realizado pelo Conselho Empresarial Brasil-China em junho de 2012, apontando a existência de 57 empresas com investimentos totais na faixa de US\$ 500 milhões. Atualmente, o Foro Brasil-China (espécie de Câmara de Comércio informal composta por empresas brasileiras com investimentos diretos ou escritórios de representação no país) calcula em cem o número de empresas brasileiras presentes no mercado chinês, mas não informa valores investidos.

56. A maior parte das empresas brasileiras é composta por escritórios de representação das principais exportadoras (Vale, Petrobras, Embraer, BRF), prestadoras de serviços (advocacia, tradings, TAM) e instituições financeiras (Banco do Brasil e Itaú). Dentre as empresas que exercem atividades industriais destacam-se Embraer (com unidade de produção em Harbin), Embraco, WEG, Votorantim Metais, Iochpe-Maxion, Marcopolo, Magnesita e Fras-le.

57. Como indicado anteriormente, a Embaixada deu constante apoio à abertura da agência do Banco do Brasil em Xangai. O Chefe do Posto presente na abertura da fábrica da Magnesita (produtora de tijolos refratários) em Dalian (investimento de US\$ 22 milhões). A Fras-le (produtora de pastilha de freios para veículos pesados, com operações na China desde 2008) anunciou planos de construir nova fábrica nas proximidades do porto de Xangai. Também a BRF e a Marfrig estudam produzir em território chinês.

58. Um dos entraves à expansão dos investimentos brasileiros na China é a existência de longa lista de setores em que os investimentos estrangeiros são restritos ou proibidos - situação que contrasta com o elevado grau de abertura do mercado brasileiro a investimentos estrangeiros. O caso da Embraer é emblemático. A empresa não obteve as licenças necessárias para a fabricação da família de E-jets 170-190 em sua fábrica chinesa de Harbin e viu-se obrigada a convertê-la em unidade de fabricação de jatos executivos Legacy 600/650. O empreendimento tem-se revelado um grande desafio, dada a estrutura tarifária interna e a concorrência de aeronaves adquiridas e registradas no estrangeiro que operam regularmente na China. A Embaixada efetuou gestões no sentido de obter tratamento fiscal adequado, mas não teve êxito até o momento.

## VII. COMÉRCIO

#### - Quadro geral e ações realizadas

59. A queda dos preços dos principais produtos exportados pelo Brasil, sobretudo do minério de ferro, verificada nos últimos 18 meses, realçou, mais uma vez, a necessidade de diversificação da pauta brasileira. De imediato, é pouco provável que o comércio bilateral apresente o mesmo dinamismo dos últimos dez anos. A Embaixada acompanhou e informou sobre a evolução do comércio entre os dois países, inclusive comparando números de fontes brasileiras e chinesas e suas discrepâncias.

60. Em 2013, a corrente de comércio bilateral atingiu o recorde de US\$ 83,3 bilhões, tendo caído para US\$ 77,9 bilhões no ano passado. Em 2015, caso os preços dos três principais produtos exportados pelo Brasil (soja, minério de ferro e petróleo) - que, de forma conjunta, representaram quase 80% das vendas brasileiras no ano passado - permaneçam no mesmo patamar do primeiro trimestre do corrente ano, e todas as demais exportações brasileiras e importações provenientes da China sejam idênticas às de 2014, o Brasil poderá registrar déficit de cerca de cerca de US\$ 6,7 bilhões no intercâmbio comercial com a China.

61. Apesar dessa tendência geral, o período de 2013-2015 foi marcado por desenvolvimentos positivos em demandas pontuais do Brasil, no setor de aviação, do agronegócio e de defesa comercial.

62. No caso do setor de aviação, o extraordinário crescimento do número de passageiros nos últimos 20 anos transformou a China em um mercado fundamental, sobretudo para as 4 grandes empresas do setor. Com aproximadamente 15 anos no mercado chinês, a Embraer logrou entregar 154 aeronaves até a presente data a companhias aéreas chinesas (e tem ainda 216 encomendas firmes). A concorrência, no entanto, vem-se tornando cada vez mais acirrada. Airbus e Bombardier vêm expandindo sua presença, sobretudo na província de Tianjin, onde o governo chinês pretende consolidar um pólo aeroespacial. Por outro lado, o governo chinês não esconde a alta prioridade que atribui ao desenvolvimento de sua própria indústria aeronáutica. Nessa linha, a empresa Comac (Commercial Aircraft Corporation of China) anunciou que irá lançar a família C919 (158-174 assentos) em 2016, após sucessivos adiamentos.

63. A Embaixada prestou apoio permanente à Embraer e concentrou esforços no processo de autorização para a venda de 60 aviões a empresas chinesas. A necessidade de aprovação governamental à venda e importação das aeronaves, em processo administrativo caracterizado por pouca transparência e previsibilidade, foi objeto de reiteradas gestões desta missão diplomática e de autoridades brasileiras de alto nível ao longo de quase dois anos. A operação acabou sendo autorizada em maio de 2015.

64. Na área do comércio de produtos do agronegócio, o trabalho da Embaixada teve que se desenvolver simultaneamente com dois órgãos do governo chinês, a saber, o Ministério da Agricultura e a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena (AQSIQ). Superar as barreiras impostas a alguns produtos brasileiros consumiu grande parte da ação desenvolvida, com gestões pessoais (inclusive minhas junto aos titulares das Pastas) e o encaminhamento frequente de volumosa documentação, sobretudo referente a pedidos de habilitação de frigoríficos brasileiros.

65. A área de proteína animal, particularmente, afigura-se como uma das áreas com maior potencial para as vendas brasileiras. O crescimento da renda tem impacto crescente na dieta da população chinesa. Em 2013, as importações chinesas totais de carne bovina aumentaram aproximadamente 381% em relação ao ano anterior. Como grande produtor e exportador, o Brasil está em condições de beneficiar-se enormemente das mudanças nos hábitos alimentares (estima-se que hoje o consumo anual per capita na China seja de 41kg para suína, 12kg para aves e 5kg para bovina).

66. O maior obstáculo nesta área são as barreiras sanitárias. No final de 2012, após caso atípico de encefalopatia espongiforme (BSE) no sul do Brasil, a China decidiu impor embargo à carne bovina brasileira - coincidindo com o período de grande expansão das importações. De forma análoga ao que ocorreu no setor de aviação, o tema foi objeto de repetidas gestões desta Embaixada e de autoridades brasileiras, inclusive em nível ministerial. Em julho de 2014, o Presidente Xi Jinping anunciou o fim do embargo. A efetividade do anúncio, no entanto, ainda dependia da assinatura de novo protocolo sanitário, que somente veio a ocorrer durante a visita de Li Keqiang ao Brasil, em maio de 2015.

67. Atualmente, o Brasil possui 30 plantas habilitadas a exportar carne de aves, 8 habilitadas a exportar carne bovina e outras 7 habilitadas a exportar carne suína. Pelas estimativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, há 17 plantas (9 de carne bovina; 7 de carne de aves; 1 de carne suína) que já teriam cumprido todas as exigências das autoridades sanitárias chinesas, mas cuja aprovação ainda não foi concedida. Dado o impacto imediato dessas aprovações nas exportações brasileiras, creio que o tema se reveste da maior importância e recomenda, ao lado brasileiro, encontrar meios de intensificar a cooperação na área sanitária.

68. Além do levantamento do embargo à carne bovina, cabe destacar outros resultados alcançados na área do comércio agrícola:

- a abertura do mercado chinês para o milho brasileiro, mediante a assinatura do protocolo fitossanitário, específico e a autorização para a comercialização de variedades geneticamente modificadas como a MIR 162.
- aprovação da variedade de soja geneticamente modificada "Intacta", a tempo de permitir seu plantio no Brasil ainda em 2013
- retomada das exportações de ração animal.
- avanço nas exportações de carnes mediante a habilitação de novos estabelecimentos, sendo 7 para aves, 2 para carne suína e revalidação dos 8 previamente habilitados para carne bovina.;
- ampliação das oportunidades de exportação de tabaco, mediante a assinatura do protocolo fitossanitário correspondente, que permite a inclusão dos estados de Santa Catarina e Paraná como exportadores.

69. Na área de defesa comercial, a missão brasileira realizou várias gestões a respeito do primeiro caso de antidumping aberto pela China contra exportações brasileiras - nesse caso, de polpa de celulose (é importante notar que o capítulo 47 da NCM, de pastas de madeira, é o quarto mais expressivo nas exportações brasileiras para a China, somando US\$ 1,7 bilhão em 2014). Logrou-se obter compromisso de preços para um dos exportadores brasileiros e significativa redução da margem de dumping

aplicável "a todos os demais exportadores", beneficiando outra empresa brasileira que estava em vias de iniciar vendas para o mercado chinês.

- Desafios e sugestões

70. Entre linhas de ação a serem adotadas ou mantidas no futuro, a fim de diversificar e dinamizar o comércio bilateral, poderiam ser consideradas:

- maior presença do setor privado brasileiro na China mediante representação permanente em Pequim de empresas e confederações;
- continuidade nas gestões junto às principais agências do governo chinês na área comercial, sanitária e fitossanitária, bem como programas de visitas de autoridades brasileiras fundamentais para fazer avançar a agenda bilateral;
- mais ativismo da seção chinesa do Conselho Empresarial Brasil-China, hoje quase inoperante quando comparada à brasileira;
- estabelecimento de parcerias na área do agronegócio, a fim de incrementar investimentos e integrar cadeias produtivas nos dois países, aumentar a cooperação na área sanitária, estimular atividades de treinamento, de promoção comercial e de promoção de marcas brasileiras na área de alimentos e bebidas;
- na área industrial, estudos sobre possível integração de cadeias, sobretudo acesso a insumos industriais que possam aumentar a competitividade da indústria brasileira;
- na área de serviços, exploração do potencial em setores como serviços financeiros (o subsector de automação bancária é sempre mencionado como fonte de oportunidades de negócios) e turismo, dado o crescente número de chineses que viajam ao exterior; é importante notar a criação recente de GT sobre comércio de serviços na estrutura da COSBAN;
- de forma geral, estratégia que conjugue comércio e investimento, aproveitando a internacionalização crescente das empresas chinesas.

## VIII. PROMOÇÃO COMERCIAL

- Quadro geral e ações realizadas

71. O aumento do consumo doméstico desponta como uma das novas tendências da economia chinesa e, em conjunto com a ampliação do setor de serviços e das indústrias intensivas em conhecimento, deverá responder por maior parcela do crescimento chinês futuro. Os exportadores brasileiros de produtos agrícolas, de serviços e de bens com maior valor agregado, por sua vez, encontrarão no acelerado processo de urbanização chinês um mercado em plena expansão, assim como a economia brasileira poderá atrair investimentos associados a transporte e logística de escoamento da produção brasileira.

72. A Embaixada em Pequim prestou apoio a investidores potenciais mediante envio de informações, organização de agenda de encontros no Brasil e realização de apresentações sobre oportunidades de investimento em eventos de maior visibilidade. Foi também elaborado um cruzamento preliminar entre o catálogo de tecnologias e produtos de importação encorajada pelo governo chinês e o relatório da Apex sobre setores selecionados para a diversificação de exportações.

73. Em sua tarefa de divulgação, a Embaixada tem-se valido de métodos inovadores de mídia, como a conta de "Weibo", espécie de "Twitter" local (o

"Facebook" e o "Twitter" não são autorizados na China), para transmitir informações visando a promover a marca-país.

74. Na assistência a missões governamentais e empresariais brasileiras interessadas em vender na China ou em atrair investimentos chineses, a Embaixada apoiou, entre outras, missões da Caixa Econômica Federal (CEF), do Porto Central (grupo do Espírito Santo), da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), da FIESP, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX), da Câmara Brasileira do Livro (CBL), da Associação Brasileira de Reciclagem Animal (ABRA), do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE/MDIC) e da Embratur, além dos governos de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Tocantins. A missão diplomática brasileira manteve estreita coordenação com o escritório da APEX em Pequim.

75. A Embaixada apoiou o "roadshow" co-organizado pela Embratur para a atração de turistas chineses e tem buscado associar a promoção comercial à divulgação do turismo no Brasil. Este é um dos objetivos do Festival de Gastronomia Brasileira em Pequim, organizado pela Embaixada, já em sua terceira edição, e que congrega a promoção de alimentos processados brasileiros e do turismo. A Embaixada também participou da Feira Internacional de Turismo de Pequim (BITE), contando com estande em que estiveram presentes representantes de prefeituras brasileiras e de empresas do setor.

76. Empresas e entidades chinesas recorreram à Embaixada para colher informações e solicitar apoio em missões que tencionavam enviar ao País. Destas, vale destacar: o Centro de Promoção do Comércio Internacional da China (CCPIT), o Conselho Empresarial Brasil-China e o Foro Brasil. A Embaixada deu apoio a empresas chinesas que têm interesse de investimento no mercado brasileiro, como, por exemplo, o Grupo Alibaba (tenciona estabelecer loja virtual de produtos brasileiros), a BAIC (empresa automobilística), a Dayun Automobile (fabricantes de caminhões da China), a "State Nuclear Power Planning, Design & Research Institute" (interessada em negócios com a Eletrobras e a Eletrobras Termonuclear) e o grupo Zhengzhou Yutong Bus (produtora de ônibus elétricos), além de diversos representantes de governos provinciais chineses.

#### - Desafios e sugestões

77. As dificuldades maiores parecem ser as seguintes:

- carência de informações confiáveis em línguas ocidentais sobre empresas e setores específicos;
- arraigada resistência do governo chinês a reunir-se com empresas ou entidades privadas estrangeiras, o que dificulta sobremaneira o acesso esperado por parte de empresários visitantes;
- o receio por parte dos empresários brasileiros em investir ou formar parcerias com empresas chinesas;
- a presença, na China, de poucos escritórios das principais entidades representativas do setor privado brasileiro; e
- não inclusão da China pela Embratur na sua lista de países prioritários.

78. A maior parte dos obstáculos apontados acima independe de ações específicas por parte do Brasil. Conviria, porém, estimular as empresas e associações representativas do setor privado brasileiro a instalarem escritórios de representação em Pequim ou em outras cidades da China.

## IX. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / MEIO AMBIENTE

### - Quadro geral e ações realizadas

79. Durante a Terceira Reunião da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (29 de outubro de 2013), Brasil e China acordaram as seguintes áreas da cooperação científica bilateral: nanotecnologia e nanociência; biotecnologia; ciências agrárias; meteorologia, prevenção e mitigação de desastres naturais; energias renováveis; tecnologias do bambu e do ratan; e inovação em parques tecnológicos.

80. A Embaixada atuou como facilitadora na instalação física do Labex-China em Pequim, o que contribuiu para dar maior consistência à cooperação bilateral em ciências agrícolas, tendo a Embrapa do lado brasileiro. O Labex-China estabeleceu rede de contatos com a comunidade científica local e pôde identificar áreas de maior potencial e interesse recíproco.

81. Na área de pesquisa em energias renováveis, o Centro China - Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia, criado em 2009 numa cooperação entre a Universidade Tsinghua e a Coppe/UFRJ, é um dos modelos bem sucedidos. Nos primeiros cinco anos de atividade foram desenvolvidos projetos nas áreas de energia eólica, biocombustíveis, captura e armazenamento de carbono, assim como tecnologias para produção de petróleo em águas profundas. Em maio de 2014, a Universidade Tsinghua e a Coppe/UFRJ assinaram acordo para a extensão de suas atividades até 2017. A Embaixada do Brasil atuou como ponto de contato das partes para uma eventual cooperação bilateral em parques tecnológicos. Em dezembro de 2013, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério de Ciência e Tecnologia da China (MoST) discutiram possíveis modalidades de cooperação. Em 2014, missão técnica organizada pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotech) a Pequim deu início à elaboração de memorando de entendimento com a parte chinesa, estando prevista sua assinatura para junho de 2015, por ocasião da visita do Ministro da Ciência e Tecnologia da China ao Brasil.

82. Na mesma oportunidade, o visitante chinês co-presidirá o Segundo Diálogo de Alto Nível de Ciência, Tecnologia e Inovação, quando Brasil e China discutirão políticas de incentivo. O diálogo buscará estimular contatos entre a iniciativa privada e laboratórios de pesquisa e debaterá mecanismos de "match-making" entre empresas chinesas e brasileiras.

83. Em atividades espaciais, o programa mais emblemático - o de satélites de observação de recursos terrestres - CBERS - teve prosseguimento com o lançamento exitoso do satélite CBERS-4, superando os problemas surgidos no lançamento do CBERS 3, em dezembro de 2013. A AEB e a Administração Nacional Espacial da

China (CNSA) assinaram protocolo de intenções para desenvolver o satélite CBERS 4A, cujo lançamento está previsto para 2018.

84. Com relação às negociações multilaterais sobre mudança do clima, a Embaixada tem mantido estreito contato com a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), órgão responsável pela negociação na China. A recente Declaração Bilateral sobre Mudança do Clima, assinada pelos dois países durante a visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang ao Brasil (maio de 2015), atesta a convergência de posições nessa matéria.

- Desafios e sugestões

85. Coloca-se, desde já, a questão da continuidade dessa cooperação, após 2018. Em particular, será necessário lidar com a assimetria no desenvolvimento tecnológico entre os dois países, buscando-se extrair benefícios para o Brasil. Como indicado acima, uma evolução possível estaria na construção de satélites do tipo SAR, ainda está em estágio incipiente de discussões.

86. Conforme aduzi na introdução, o Centro Brasil-China de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia, o de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia e o de Biotecnologia podem beneficiar-se de maior aporte de recursos do lado brasileiro, o que tenderá a estimular maior envolvimento chinês. O Diálogo de Alto Nível em Ciência e Tecnologia e Inovação e a Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da COSBAN serão momentos importantes para debater prioridades do Brasil e da China.

87. Uma cooperação entre parques tecnológicos que fomente o interesse de empresas chinesas e brasileiras, iniciativa que ambos os governos se dispõem a explorar, é um caminho que pode mostrar-se promissor.

## X. COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

- Quadro geral e ações realizadas

88. Os últimos dois anos foram marcados pelo processo de implementação do programa Ciência sem Fronteiras (CsF) na China. Em setembro de 2013, chegaram ao país os primeiros 158 bolsistas, distribuídos entre diversas universidades chinesas para o estudo do mandarim no primeiro ano e acadêmicos no segundo. A chegada do primeiro grupo caracterizou-se por choque cultural, dificuldades de adaptação à disciplina do meio acadêmico chinês e de aprendizado da língua. A Embaixada foi levada a destacar funcionários para atendimento telefônico ou presencial aos estudantes, muitos dos quais se mostravam psicologicamente abatidos. Alguns poucos desistiram, mas a grande maioria superou o desafio inicial e prosseguiu seus estudos.

89. Com base na experiência adquirida, a Embaixada do Brasil elaborou Manual do Estudante Brasileiro na China, publicado nos portais mais consultados. Foi mantido estreito contato com o "China Scholarship Council" (CSC), parceiro chinês no programa, de modo a solucionar demandas e urgências específicas. A Embaixada posteriormente realizou missões de visita aos bolsistas do programa em diversas universidades para verificação das instalações e situação dos estudantes. Missão da CAPES a Pequim, Wuhan e Tianjin, em setembro de 2014, teve o constante apoio e

acompanhamento da Embaixada. O segundo grupo, de 73 bolsistas, apresentou menor incidência de dificuldades. Em junho de 2015, a Embaixada organizou seminário para os bolsistas brasileiros sobre ambiente de negócios na China, preparando-os para eventuais estágios em empresas chinesas. Em setembro de 2015, deverá chegar o terceiro grupo, de 29 alunos. A redução gradativa do número de bolsistas denota, a meu ver, alguma perda de interesse, possivelmente em razão das dificuldades apresentadas pela cultura e pela língua.

90. O governo chinês ofereceu 22 bolsas de estudo por ano para estudantes brasileiros, oferecimento ainda não aproveitado.

91. O programa de leitorado na China foi mantido na Universidade de Pequim e na Universidade de Estudos Estrangeiros de Cantão, a um custo modesto e benefícios reais.

#### - Desafios e sugestões

92. O programa CsF na China tem desafios incomparavelmente maiores do que os que enfrenta em outros países, pois a barreira cultural e linguística é de difícil superação. Haverá que se pensar em estágios e outros atrativos diferenciadores para manter o nível de interesse pela China. Para os que vencem os obstáculos iniciais, os ganhos se estendem muito além do conteúdo acadêmicos.

## XI. COOPERAÇÃO CULTURAL

#### - Quadro geral e ações realizadas

93. O "Mês do Brasil na China", organizado pela Embaixada em setembro de 2013, inclusive com a presença da então Ministra da Cultura do Brasil, ofereceu ao público chinês música, cinema, artes visuais e literatura. A ação cultural desenvolvida pela missão diplomática brasileira, embora atualmente amparada em recursos reduzidos, beneficiou-se grandemente do interesse pelo Brasil despertado pela Copa do Mundo. A Embaixada buscou capitalizar ao máximo essa circunstância, antes e durante o grande evento esportivo. Entre as ações realizadas nos últimos dois anos, destacaram-se:

- a tradução de obras brasileiras para o mandarim;
- a vinda de escritores brasileiros com obras já traduzidas ou em vias de tradução (Cristóvão Tezza e Adriana Lisboa);
- os festivais anuais de cinema e documentário brasileiros;
- a vinda de jovens talentos da música brasileira no projeto Novas Vozes; e
- a consolidação do programa de residências de artistas brasileiros e chineses.

94. Em 2015, a Embaixada logrou incluir o Brasil, pela primeira vez, com oito filmes, no Festival Internacional de Cinema de Pequim, que também contou com a presença do diretor Fernando Meirelles como integrante do júri. Foi a primeira vez em que um conjunto de películas brasileiras teve exibição em salas comerciais da capital.

#### - Desafios e sugestões

95. A promoção cultural encontra na China dificuldades que decorrem da distância geográfica, cultural e regulatória (censura), que elevam custos e exigem esforços

redobrados. O uso dos limitados recursos talvez possa ser maximizado mediante a concentração de esforços em projetos de impacto, evitando-se a dispersão.

96. Um desafio será o estabelecimento de um Centro Cultural do Brasil em Pequim, previsto no Plano Decenal de Cooperação, firmado em junho de 2012. A iniciativa colocaria a cultura brasileira em novo patamar. Sua efetivação, porém, somente seria possível com recursos privados assegurados ao longo de vários anos. Seria importante também tentar consolidar a participação brasileira no Festival Internacional de Cinema de Pequim e expandi-la para festivais de dança contemporânea, design, moda e feiras do livro. Os festivais de cinema e documentários brasileiros, realizados separadamente, poderiam também ser acoplados, com redução de custos. Valeria explorar a promoção comercial de marcas brasileiras com atividades culturais, o que poderia contribuir para atrair a participação da iniciativa privada na repartição dos custos. Em festivais de cinema exclusivamente brasileiros, a escolha prévia de um público-alvo (de preferência, universitários) talvez ofereça melhores resultados a médio e longo prazos. Um caminho a ser explorado para o acesso a salas comerciais seria o de eventuais coproduções, permitindo superar as quotas aplicadas à exibição de produções estrangeiras. Para tanto, um acordo teria de ser firmado.

97. A Embaixada negociou com a "Central Academy of Fine Arts" (CAFA) a vinda de artista brasileiro em residência artística, a ocorrer nos próximos meses, o que pode ser fortalecido com intercâmbio entre a academia chinesa e instituição brasileira. A celebração de parcerias formais com instituições chinesas, como o "National Center for the Performing Arts" (NCPA), que tem demonstrado interesse em manter cooperação com teatros municipais brasileiros, mereceria ser estudada.

## XII. ADMINISTRAÇÃO: INSTALAÇÕES DA CHANCELARIA

98. A Chancelaria da Embaixada do Brasil deixou de ser adequada há pelo menos uma década e agora o problema tornou-se inadiável. Nos últimos dois anos foram exploradas diversas opções, mas qualquer solução em edifício comercial na área central da cidade teria custo de locação proibitivo. O governo chinês, por outro lado, há vários anos deixou de vender "leases" de terrenos.

99. Depois de várias rodadas de negociação com o órgão encarregado das missões diplomáticas em Pequim, foi possível chegar a um acordo pelo qual aquele órgão encarregar-se-á de construir, no local hoje ocupado, e de acordo com projeto arquitetônico brasileiro, as novas instalações, sem custo para o governo brasileiro, porém com contrato de locação mais longo. A negociação do contrato para tal fim está em andamento.

## XIII. ASSUNTOS CONSULARES

100. A China não aceita, na sua capital, a instalação de repartição consular independente, circunstância que faz com que a Embaixada tenha sob sua responsabilidade o atendimento de chineses e brasileiros que demandam, em grande número, a emissão de vistos e passaportes ou reconhecimento de documentos, além dos casos de assistência direta a nacionais brasileiros. O movimento do setor consular dentro da Embaixada é um fator a mais a reforçar a urgente necessidade de transferir a

missão diplomática para instalações que permitam o atendimento do público em condições menos precárias.

101. A comunidade brasileira presente na jurisdição da Embaixada é pequena e, apesar de apresentar demanda crescente de assistência, não tem configurado desafio maior. Sobressai, em Pequim, o grande número de vistos emitidos (13.118 vistos em 2014), reflexo do crescente número de chineses que viajam para o exterior.

102. O governo chinês vem-se empenhando em facilitar o trânsito de seus cidadãos pelo mundo e, nesse sentido, tem negociado acordos bilaterais de isenção e/ou facilitação de vistos. Com o Brasil, foi firmado em Brasília em 16 de julho de 2014, o Acordo sobre a Facilitação da Concessão de Vistos para Homens de Negócios. O instrumento tem por objetivo não apenas aumentar o prazo de validade dos vistos concedidos (o prazo máximo foi ampliado para 3 anos), mas também agilizar o processo. Segue vigente, também, o Memorando de Entendimento para facilitação de Viagens de Grupos de Turistas Chineses ao Brasil, de 12 de novembro de 2004.